Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/FURG
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC

Relatório Técnico Conclusivo Produção Técnica Tecnológica – PTT

Avaliação das Políticas Públicas realizadas através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Proposição de um instrumento único para as Instituições Federaisde Ensino Superior (IFES)

Responsáveis:
Discente: Mestrando Paulo Renato Thompson
ClaroContato: natoclaro@hotmail.com
Assinatura: gov.br Documento assinado digitalmente PAULO RENATO THOMPSON CLARO Data: 21/09/2023 12:24:46-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientadora: Prof. Dr. Tiarajú Alves de Freitas
Contato: tiarajufreitas@hotmail.com
Assinatura: gov.br Documento assinado digitalmente TIARAJU ALVES DE FREITAS Data: 27/09/2023 11:08:41-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Data da realização do relatório: 25/05/2023**.**
Data de entrega do relatório: 21/09/2023**.**

Recebido por:
Empresa: Ministério da Educação
Setor: Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior
Nome do Responsável: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca
Contato: dipes@mec.gov.br Telefone(s): (61) 2022-8042 / 8024
Assinatura:

Finalidade: Relatório Técnico Conclusivo

Duração (meses): 2
Nº de páginas: 10
Acesso: restrito
Cidade: Rio Grande

Instituição: Ministério da Educação

Público-alvo da iniciativa: Instituições Federais de Ensino (Ifes)

Características do Universo do Estudo
O estudo é direcionado a todas as Instituições Federais de Ensino (Ifes), que recebem e executam recursos do PNAES, para atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial.

Resumo

Esse produto técnico tecnológico, tem como objetivo, propor e orientar a aplicação por todas as Ifes do instrumento de avaliação único da política pública realizada por meio do PNAES, resultado da pesquisa realizada. A pesquisa aborda a desigualdade social no Brasil e destaca a importância das políticas públicas, especialmente na área da educação de ensino superior. Discute e descreve o processo histórico recente da assistência estudantil até a implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, ressalta a sua relevância na promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior para ingresso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A partir da necessidade de se avaliar as políticas públicas, e dos apontamentos das auditorias da CGU que observaram a falta de instrumentos de avaliação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para essa política pública, percebeu-se a lacuna do desenvolvimento de um instrumento padronizado para avaliar o PNAES em todas as instituições. O trabalho, então, visou responder à questão: Quais características deve conter um instrumento de avaliação de política pública realizada por meio do PNAES, para as IFES? Para se desenvolver o trabalho foi realizada, então, uma revisão sistemática da literatura. E, a partir dela, destacados os trabalhos com a característica de avaliação dessa política pública, pela comparação do desempenho de um parâmetro de avaliação de um grupo tratado com um grupo de controle. Desses trabalhos foram destacados os métodos de pareamento, os parâmetros de avaliação eas variáveis observáveis utilizadas para definição do grupo de controle ou contrafactual. A partir das características verificadas nos trabalhos foram analisadas as suas frequências e a disponibilidade nos bancos de dados e sistemas da Ifes. Como resultado, definiram-se o formato, a periodicidade de aplicação e as características que deveriam conter quanto ao método de pareamento, parâmetro de avaliação e variáveis observáveis.

Palavras-chave: políticas públicas; assistência estudantil; PNAES; instrumento de avaliação.

Introdução

No Brasil, a distribuição da renda e as oportunidades para as pessoas são muito desiguais e, esta forma, as intervenções dos diferentes governos ao longo do tempo, por meio de iniciativas de políticas públicas realizadas com os recursos provenientes da arrecadação dos impostos, são fundamentais. Essas intervenções são necessárias para corrigir e trazer justiça e equidade, em áreas como saúde, educação, saneamento e transporte, promovendo a cidadania.

A Constituição Federal do Brasil dispõe que a "educação, direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, CF, 1988). A educação, entendida como uma forma de emancipação e de garantia da cidadania, e ainda como uma obrigação do Estado, pressupõe que a vulnerabilidade nessa área repercuta na sociedade, pois impede o desenvolvimento pessoal, e aprofunda mais as desigualdades entre as classes. Na educação superior, nas universidades públicas, essa situação fica muito evidente e passível da ação do Estado, por intermédio de políticas públicas direcionadas.

As iniciativas para Assistência ao Estudante mais expressivas, remontam ao Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as diretrizes para gestão e financiamento em um horizonte de 10 anos (Brasil, 2001), e passam pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – que prioriza o aumento da estrutura física, de pessoal e do número de vagas. Também propicia condições de acesso e permanência com a meta de aumento gradual das taxas de conclusão e ampliação das políticasde inclusão e assistência (Brasil, 2007).

Completando esse ciclo, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com enfoque total na assistência, visa ampliar as condições de permanência dos estudantes oriundos da rede pública ou com renda per capita de até um salário mínimo e meio, com objetivo de democratizar a permanência e de minimizar os efeitos das desigualdades nesse contexto, de reduzir a retenção e a evasão e, desta forma, fazer inclusão pela educação (Brasil, 2010). É um programa do governo brasileiro que tem como objetivo promover a permanência e a igualdade de oportunidades no ensino superior para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os recursos do PNAES são aplicados em uma série de ações voltadas para o apoio aos estudantes. As áreas em que esses recursos devem ser aplicados são: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

As universidades e instituições de ensino superior têm autonomia para definir as prioridades e a forma de aplicação dos recursos, de acordo com as necessidades dos estudantes e as diretrizes do programa, mas, de modo geral, as instituições de ensino aplicam os recursos do PNAES, principalmente, nos programas de alimentação, de moradia e de transporte estudantis.

Essa política pressupõe que, em toda a instituição executante, sejam disponibilizados mecanismos para a percepção de assistência estudantil, de acompanhamento e de avaliação, e que prestarão todas as informações referentes à implementação solicitadas pelo Ministério da Educação. E, dessa forma, garantir que os objetivos da interferência pública por intermédio da política estejam atingindo os objetivos iniciais de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Situação-problema

O ciclo de uma política pública é um modelo conceitual que descreve as fases pelas quais uma política passa, desde sua formulação até sua avaliação e revisão. Embora existam várias classificações para este ciclo, geralmente, todas passam pela fase da formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação.

Na fase da formação da agenda são decididas as prioridades dos governos a partir dos problemas verificados. Na fase da formulação da política, realiza-se o detalhamento do que foi definido na agenda, e a apresentação das soluções e alternativas. Na fase tomada de decisão, definem-se a ação, os recursos e os prazos. Na fase da implementação, são alocados os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para executar a política.

E, por último, a fase que foi alvo da pesquisa realizada, que é a avaliação, ela deve ser realizada durante todo o ciclo e de todas as fases, para controle e supervisão da política. Dessaforma, contribui para a correção de possíveis erros durante a execução, além de, após a execução, verificar o desempenho e os resultados, e subsidiar a decisão de continuidade e de alterações ou de sua extinção.

A partir da necessidade de se avaliar o PNAES ou qualquer outra política pública, e da constatação das lacunas deixadas pelos trabalhos realizados, que enfocam momentos isolados, se percebe a oportunidade ainda não trabalhada de proposição de uma ferramenta única, padronizada, que possa ser aplicada periodicamente, a partir de bases acessíveis, aplicável por todas as Ifes. Pretende-se então, responder à pergunta: Quais características deve conter um instrumento de avaliação de política pública realizada por meio do PNAES para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)?

Desenvolvimento da pesquisa

A partir da lacuna se definiu identificada, se determinou o objetivo geral da pesquisa definir quais características deve conter um instrumento único de avaliação da política públicarealizada por meio do PNAES, para as Ifes. E para se atingir o objetivo geral seriam necessários os objetivos específicos de se identificar os métodos e parâmetros de avaliação utilizados nos trabalhos realizados e identificar as variáveis utilizadas para parâmetro, e as variáveis observáveis utilizadas para definição do grupo de controle para paramento do grupo tratado.

Após a consecução na pesquisa, vide dissertação disponível no repositório institucional da Universidade, é definida a formatação e as características do instrumento de avalição único (AVU), para a política pública de assistência estudantil, realizada com recursos do PNAES, para aplicação em todas as Ifes. Para melhor entendimento das sugestões de intervenção deste documento as etapas até se chegar à definição da formatação e as características do instrumento de avalição são descritas brevemente a seguir.

Primeiramente foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura e identificados trabalhos aderiam ao tema. Dos trabalhos resultantes da revisão foram selecionados especificamente os que realizavam a avaliação através da comparação dos resultados alcançados, para algum parâmetro relativo aos objetivos do programa, por um grupo tratado (que recebeu a intervenção) e um grupo de controle (que não recebeu). A diferença do desempenho seria o resultado da intervenção. Essa abordagem é conhecida como "avaliação de impacto", ou seja, uma avaliação *ex-post*, portanto feita após a intervenção. Essa metodologia permite medir o efeito causal da política pública, isolando o impacto da intervenção em relação a outras variáveis.

Desses trabalhos, que resultaram das seleções anteriores, foram levantadas as características utilizadas (objetivos específicos da pesquisa), quanto ao método de pareamento, o parâmetro de avaliação e as variáveis observáveis utilizadas na definição do grupo de controle, o mais parecido possível com o grupo tratado pela intervenção da política pública do PNAES.

A seguir, os dados foram analisados, agrupados, planilhados, explicados, detalhados e apresentados. E, a partir das suas frequências de ocorrência nos trabalhos, pertinência aos objetivos do PNAES e disponibilidade nos bancos de dados e sistemas da Ifes, foi definido o instrumento proposto.

Como resultados, foram indicados o formato e a periodicidade de aplicação do AVU para as IFES, bem como as características quanto ao método de pareamento; o parâmetro de avaliação e; as variáveis observáveis para definição do grupo de controle. Também para qualificar a seleção do grupo de controle, foi indicada a aplicação de um questionário simplificado para coletar informações relativas à renda, para as Ifes não possuírem essas informações sistematizadas.

O instrumento de avaliação único (AVU)

A avaliação de impacto de uma política pública utilizando a técnica do PSM é uma abordagem estatística que visa estimar o efeito causal de uma intervenção (política pública) sobre um grupo de tratamento em relação a um grupo de controle. É uma forma de equilibrar os grupos de tratamento e controle em termos de suas características observáveis, tornando-os mais comparáveis. Isso é feito estimando a probabilidade de um indivíduo ser selecionado para o grupo de tratamento, dada as suas características observáveis. Em seguida, os indivíduos do grupo de tratamento são "emparelhados" com indivíduos do grupo de controle que têm pontuações de propensão semelhantes.

Primeiramente foram definidas a variável de resultado ou parâmetro de avaliação para medir o impacto e as variáveis observáveis que influenciam a probabilidade de um indivíduo ser selecionado para o grupo de tratamento.

A variável de resultado ou parâmetro de avaliação indicado é o desempenho acadêmico através do coeficiente de rendimento acadêmico (CRA), relativo diretamente aos objetivos do PNAES de permanência e conclusão da educação superior e que é um indicador consagrado e serve de referência para todas as Ifes. É uma forma de avaliar a dedicação, o esforço e a consistência do aluno em seus estudos, fornecendo uma visão geral de seu rendimento. Conforme já citado anteriormente as variáveis observáveis indicadas são idade, curso, raça/cor, ensino anterior (público ou privado), modalidade de ingresso, sexo, nota do ENEM, campus, origem (UF), gênero, renda e atividade remunerada/ocupação.

A avalição começará se fazendo a estimação do *Propensity Score* (PS), nesta etapa, se vai estimar a probabilidade de um indivíduo pertencer ao grupo de tratamento (receber a intervenção) em vez do grupo de controle (não receber a intervenção). Isso é feito através de um modelo de regressão logística, onde as variáveis independentes são as características observáveis dos indivíduos e a variável dependente é um indicador binário que representa se oindivíduo pertence ao grupo de tratamento (1) ou controle (0).

Seja Y o indicador binário de tratamento (Y=1 para o grupo de tratamento e Y=0 para o grupo de controle), e X uma matriz de características observáveis do indivíduo (variáveis observáveis indicadas). O PS é denotado como P(X) e é estimado da seguinte forma:

$$\mathbf{PS = P\ (Y=1\ |\ X)}$$

Em outras palavras, o PS é a probabilidade condicional de pertencer ao grupo de tratamento dado um conjunto de características observáveis.

A seguir é feito o *Matching*, nesta etapa os indivíduos do grupo de tratamento são emparelhados com os indivíduos do grupo de controle que têm propensidades (PS) semelhantes. Existem várias abordagens para fazer o emparelhamento, como o emparelhamento um-a-um (*one-to-one*), emparelhamento com substituição (com reposição) ou sem substituição (sem reposição) e algoritmos específicos, como o algoritmo de vizinho mais próximo (*nearest neighbor*) ou algoritmos de kernel.

E por último a análise do efeito causal, com os grupos comparáveis após o emparelhamento, é possível estimar o efeito causal da intervenção (ECI), comparando os coeficientes de rendimento acadêmico (CRA) dos grupos de tratamento (GT) e controle (GC). O PSM ajuda a reduzir o viés de seleção e torna a comparação mais plausível. O Efeito Causal da Intervenção (EFI) é estimado então da seguinte forma:

$$\mathbf{EFI = CRA\ (GT) - CRA\ (GC)}$$

É importante ressaltar que o PSM depende da qualidade das variáveis observáveis incluídas no modelo de regressão. Além disso, existem softwares estatísticos específicos que podem ser utilizados para implementar o PSM, que possuem pacotes dedicados a essa técnica. Esses softwares facilitam a implementação dos passos mencionados acima e oferecem ferramentas para avaliar a qualidade do emparelhamento e realizar análises de sensibilidade.

Para qualificar a proposta em complementação ao objetivo do trabalho, apresenta-se a recomendação de aplicação de o questionário (Apêndice D) relativo à condição econômica de todos os estudantes das Ifes, para essas fazerem parte do rol de variáveis observáveis disponíveis.

Essa constatação decorre do entendimento de que as condições econômicas são fundamentais para acesso e permanência dos estudantes ao ensino, e que são consideradas na formulação de uma política pública e seus objetivos. Também porque se verifica que o

PNAES atinge estudantes oriundos da rede pública ou com renda familiar per capita de até umsalário-mínimo e meio.

Ao considerar as informações econômicas dos estudantes, o PNAES busca garantirque os recursos disponíveis sejam direcionados de forma efetiva para aqueles que maisprecisam. Isso contribui para promover a equidade no acesso à educação superior e para reduzir as desigualdades socioeconômicas, permitindo que os estudantes de baixa renda tenham condições de se dedicar aos estudos sem se preocuparem com dificuldades financeiras.

Desta forma se observa que essas informações relativas as condições econômicas dos estudantes então seriam importantes e contribuiriam para definição do grupo de controle mais semelhante e fiel ao grupo tratado. Essas variáveis relativas à renda foram utilizadas quando estas informações eram acessíveis para as Ifes devido à disponibilização, pelo MEC, do questionário socioeconômico do ENEM ou quando foram sistematizadas e disponibilizadas nainstituição analisada.

Sabendo que essas informações já são coletadas e ajudam na definição de quem irá receber a intervenção nas Ifes, mas não estão disponíveis, geralmente, nos bancos de dados e sistemas das instituições para os demais estudantes e a partir da detecção dessa necessidade, e para qualificar o processo de avaliação da política pública, recomenda-se a aplicação do questionário, por todas as Ifes que não possuem essas informações sistematizadas. E assim que elas estiverem disponíveis para todos os estudantes das Ifes, passem a compor o rol de variáveis observáveis utilizadas para definição do grupo de controle na aplicação do instrumento de avaliação do PNAES proposto nesse trabalho.

Recomendação de intervenção

A implementação eficiente de políticas públicas é um desafio constante para governos e órgãos responsáveis por promover o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Para garantir que essa política seja adequadamente avaliada e aprimorada ao longo do tempo, torna-se essencial o uso de instrumentos de avaliação eficaz e confiável. Neste contexto, o presente documento tem como objetivo fornecer indicações práticas para a utilização do IVU por todas as Ifes, projetado para auxiliar na mensuração e análise dos resultados da política pública realizada com o PNAES.

Sua aplicação para subsidiar a análise da política pública realizada com o PNAES, tema intenção de ser uma ferramenta abrangente que visa mensurar, os resultados alcançados por essa política e oferecer aos gestores uma visão holística dos efeitos da política, permitindo identificar tanto os pontos positivos a serem ampliados como as áreas que necessitam de ajustes ou ações corretivas.

Com a intenção de fornecer as diretrizes e orientações práticas para auxiliar os gestores públicos e os responsáveis pela execução da política na aplicação do instrumento de avaliação proposto. Com sua utilização, espera-se que a política, seja aprimorada de forma contínua, tornando-se cada vez mais eficaz na busca de resultados positivos para os estudantesbeneficiados.

O compromisso com a avaliação de impacto social é uma ferramenta poderosa para promover um governo transparente, responsável e orientado para a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. O IVU é um instrumento com o objetivo principal de unificar os procedimentos para avaliação em todas IFES, para atender a determinação constante do Decreto nº 7.234/2010, que institui o PNAES, que diz que as Ifes deverão fixar, os requisitos para a percepção de assistência estudantil, e os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES. Ainda prestar as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação (MEC), (Brasil, 2010). Desta forma atender as orientações dos órgãos de controle.

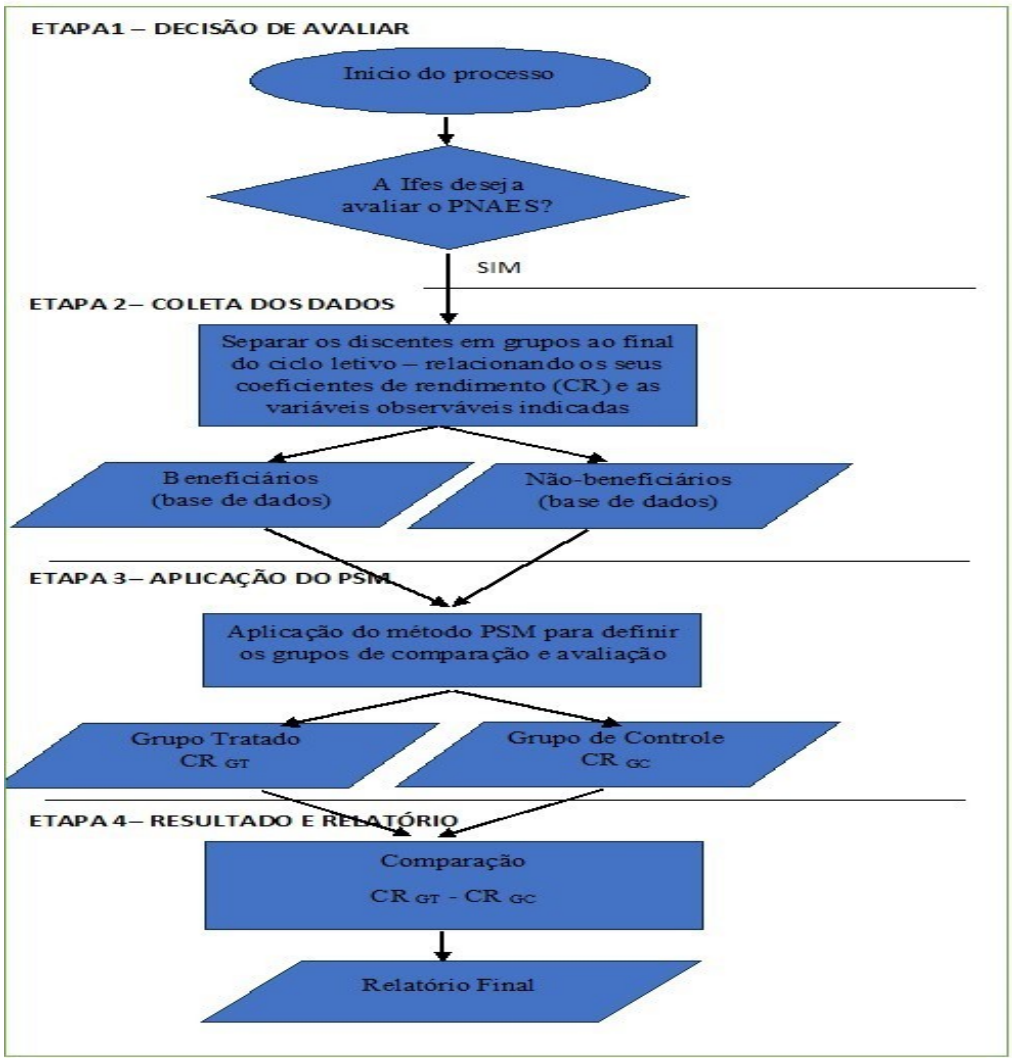
Para sua aplicação primeiramente cada Ifes deve formar uma **equipe responsável peloprocesso de avaliação,** considerando sua da estrutura e peculiaridades, mas deverá ser composta minimente por membros da gestão, principalmente do setor de assistência estudantil, representação da área técnica de processamento de dados e gestão da informação e de técnicos de diversas áreas, de acordo com as necessidades da operacionalização. A partir dessa equipe responsável se formarão pelo menos um grupo de suporte técnico, outro de execução e um outro de gestor da avaliação.

O **grupo de suporte** responsável pela coleta, preparação e tabulação dos dados, o **grupo executor** será o responsável pela aplicação do instrumento e por último o **grupo gestor da avalição** que fará a interpretação dos resultados e o relatório com os principais resultados e conclusões da avaliação, que seja prático e acessível aos gestores das Ifes e para as prestações de contas para os órgãos de controle.

Fluxo de Aplicação do Instrumento

A aplicação de um instrumento de avaliação de uma política pública realizada com recursos do PNAES pelas Ifes proposto por esta pesquisa, envolve diversas etapas que permitem coletar informações e dados para analisar o impacto e a eficácia da política em questão. A Figura a seguir apresenta o fluxo das etapas para aplicação do instrumento e realizar a processo de avalição.

Figura 1 - Fluxo de aplicação do Instrumento Único de Avalição do PNAES



Fonte: Elaborado pelo autor

A Etapa 1 – Decisão de Avaliar, é o início do processo de utilização que passa pela decisão da Ifes de avaliar através do instrumento proposto. Para de começar e responder a pergunta: "A Ifes que avaliar o PNAES? Se deve entender a obrigação, necessidade, o objetivo e a importância de se avaliar. Considerando os aspectos da política pública serão avaliados, quais resultados ou efeitos serão medidos e que perguntas específicas a avaliação deve responder.

A Etapa 2 – Coleta dos Dados, começa ao final de cada ciclo letivo, obedecendo a indicação de aplicação anual do instrumento, nesse momento deve se coletar as informações do coeficiente de rendimento bem como de todas as características observáveis que serão utilizadas de todos os matriculados e dividir os estudantes em dois grupos, um composto pelos beneficiários e outro pelos não beneficiários da política pública realizada com o PNAES.

Na Etapa 3 – Aplicação do PSM, nesse momento a partir das variáveis ou características observáveis e do método de pareamento indicados se define o grupo tratado e o grupo de controle. Lembrando que como já foi tratado anteriormente deve ser utilizada as variáveis disponíveis e caso a Ifes não possua, as variáveis referentes a renda pode produzi-las a partir a aplicação para todos os estudantes nos períodos de matrícula ou rematrícula do questionário constante no (Apêndice D) dessa pesquisa.

E por último na Etapa 4 – Resultado e Relatório, é medido o efeito no CR, da intervenção e é montado o Relatório Final fará a interpretação dos efeitos e apresentará as impressões e conclusões da avaliação, que seja prático e acessível aos gestores das Ifes e para as prestações de contas para os órgãos de controle.

Considerações Finais

Esse produto técnico tecnológico teve como objetivo propor, a partir dos achados do estudo realizado, ações junto aos responsáveis, a fim de contribuir para a melhoria do desempenho da política pública de assistência estudantil.

O trabalho foi realizado com o intuito de estudar e avaliar as políticas públicas realizadas por meio do PNAES, e de propor um instrumento único de avalição (IVU), dessa política pública, para as Ifes. O PNAES, preconiza a obrigação das Ifes de fixar os requisitos para a percepção de assistência estudantil e de mecanismos de acompanhamento e avaliação (Brasil, 2010). Ainda mais que as auditorias realizadas pela CGU nas Ifes demonstraram que amaioria dessas Instituições não tem um instrumento para avaliar a política e seus resultados.

Para se alcançar objetivo geral de propor o IVU, para as Ifes, foi realizada primeiramente uma revisão sistemática da literatura e identificados trabalhos que aderiam ao tema. Foram selecionados especificamente os que realizavam a avaliação através da comparação dos resultados alcançados por um grupo tratado e outro grupo de controle, para um parâmetro relativo aos objetivos do PNAES. Desses trabalhos foram levantadas as características utilizadas (objetivos específicos da pesquisa), quanto ao método de pareamento, o parâmetro de avaliação e as variáveis observáveis utilizadas na definição do grupo de controle, o mais parecido possível com o grupo tratado pela intervenção da política pública do PNAES.

A seguir, os dados foram analisados, agrupados, planilhados, explicados, detalhados e apresentados os dados. E, a partir das suas frequências de ocorrência nos trabalhos realizados, pertinência aos objetivos do PNAES e disponibilidade nos bancos de dados e sistemas da Ifes, foi definido o instrumento proposto. Como resultado, definiram-se o formato, a periodicidade de aplicação e as características que deveriam conter quanto ao

método de pareamento, parâmetro de avaliação e variáveis observáveis. Também para qualificar a seleção do grupo de controle foi indicada a aplicação de um questionário simplificado para coletar informações socioeconômicas, consideradas importantes para a seleção, mas que não estão disponíveispara todos os estudantes na maioria das Ifes.

O estudo também revela, que pela relevância e importância do PNAES é fundamental que ele seja transformado em política de Estado que significaria estabelecer sua continuidade e permanência ao longo do tempo, independentemente dos governos e das conjunturas políticas. O Programa já demonstrou sua efetividade ao longo dos anos, beneficiando milharesde estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ao se tornar uma política de Estado, ele ganha estabilidade e previsibilidade. Isso permite um planejamento de longo prazo, garantindo que os recursos necessários sejam alocados de maneira adequada e que o programa não seja interrompido ou afetado por mudanças políticas e orçamentárias. Transformá-lo em política de Estado evita retrocessos e assegura que as ações e os avanços conquistados até o momento sejam mantidos e aprimorados. Existem diversas razões para transformar o PNAES em política de Estado.

Transformar o PNAES em política de Estado então é fundamental para garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes de baixa renda no ensino superior, promovendo a equidade e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. Essa transformação proporciona estabilidade, planejamento e continuidade das ações, superando a dependência de governos e garantindo que o programa seja uma política duradoura e eficaz.

Além da percepção de que se deva lutar pela transformação em uma política permanente, a partir dos trabalhos estudados com a temática escolhida observa-se tambémuma lacuna para futuras pesquisas sobre a avaliação do custo e benefícios associados à implementação e ao impacto dessa política pública, por intermédio da análise dos recursos financeiros necessários para implementá-la e manter suas atividades ao longo do tempo. Pode proporcionar uma base sólida à tomada de decisões informadas, à alocação eficiente de recursos, à priorização de políticas e à transparência financeira, além de contribuir para o desenvolvimento e a implementação bem-sucedida dessa política pública, a fim de que atenda às necessidades da sociedade eficiente e responsavelmente.

Um estudo com essa temática pode proporcionar uma melhor alocação dos recursos disponíveis, e possibilitar que se determine se eles estão sendo alocados de eficientemente. Além disso, ajuda a identificar se há gastos excessivos ou desperdícios, permitindo ajustes para maximizar o impacto da política com os recursos disponíveis. Pode, portanto, ser importante no planejamento estratégico de longo prazo e no estabelecimento de metas e estratégias realistas ao longo do tempo.

Pode ainda viabilizar a comparação de diversas opções, e selecionar aquelas que ofereçam os melhores resultados em relação aos recursos investidos. Sem nos esquecer de considerar que, na comparação, ajudarão a priorizar as ações governamentais, pois os recursossão limitados, sendo necessário identificar quais oferecem o melhor custo-benefício. Há que considerar, ainda, que fornece transparência e prestação de contas aos cidadãos e aos órgãos de controle, fazendo com que os envolvidos compreendam como o dinheiro público está sendo gasto, e que possam questionar ou exigir responsabilidade por decisões financeiras.

Referências

BRASIL. **Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise *ex-post***. Vol. 2. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 mar 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases daeducação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível emhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 abr 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dáoutras providencias. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm#. Acesso em: 15 mar 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023**. Estima a receita e fixa a despesa da Uniãopara o exercício financeiro de 2023. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jan 2023. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14535.htm. Acesso em 09 jun2023.

BRASIL. **Decreto n° 6096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial [da União]. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: 15 mar 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponívelem http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em:15 mar 2023.

BRASIL/MEC/SESu/ABRUEM/ANDIFES. **Diplomação, retenção e evasão nos Cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília-DF, 1997. Disponível em: file:///D:/Pessoal/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Trabalho%20Final/Diplomacao_Ret encao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

.

Produção Técnica Tecnológica

Paulo Renato Thompson Claro <natoclaro@hotmail.com>
Qua, 27/09/2023 14:53
Para:dipes@mec.gov.br <dipes@mec.gov.br>
Cc:cgred@mec.gov.br <cgred@mec.gov.br>

1 anexos (723 KB)
PTT_-_FINAL_-_21.09_assinaturas.pdf;

Boa tarde sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca
Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior

Conforme contato anterior, neste momento encaminho a minha Produção Técnica Tecnológica (PTT), fruto da minha dissertação do Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP/FURG, com o tema: "INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) PARA AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)". Para cumprimento dos requisitos para alcançar o titulo o documento tem que ser assinado por vocês, no campo específico, acusando o recebimento da proposta.
Peço também a gentileza de avaliarem a proposta e considerarem a possibilidade de utilização amesma para aplicação nas Ifes, para tanto me coloco a disposição para esclarecimento e caso julguem necessário posso encaminhar o dissertação na integra, que serviu de base para este PTT e oartigo que foi gerado a partir dele.

Muito obrigado.

Abraço
Paulo Renato Thompson Claro
Universidade Federal do Rio Grande – FURG